



## Nove empresas da empreiteira OAS pedem recuperação judicial

O grupo OAS, que comanda uma das maiores empreiteiras do país, apresentou nesta terça-feira (31/3) pedido de recuperação judicial para nove de suas empresas. Segundo a companhia, esse “foi o melhor caminho encontrado (...) para renegociar suas dívidas com credores e fornecedores diante da intensa restrição de crédito verificada desde o final do ano passado”.

A solicitação foi protocolada na Justiça de São Paulo e repete os passos de ao menos outras duas empreiteiras como efeito da operação “lava jato”: as também investigadas Alumini Engenharia e Galvão Engenharia. É uma tentativa de renegociar prazos e valores de dívidas e evitar a falência. Os problemas começaram em novembro, quando executivos viraram alvos da “lava jato”, incluindo-se o presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho.

“Desde o início das investigações na Petrobras, as instituições financeiras têm sistematicamente restringido o acesso das empresas aos recursos necessários para a manutenção das obras”, declarou o presidente da OAS Investimentos, Fabio Yonamine. “Com quase 40 anos de vida, a OAS se vê impelida a tomar medidas que lhe permitam continuar a operar num processo saudável de renegociação das dívidas, preservando milhares de empregos diretos e indiretos”, afirmou.

A empreiteira diz que, ao mesmo tempo, clientes decidiram suspender pagamentos e novas contratações. Como consequência, agências de *rating* rebaixaram a nota da OAS, o que levou ao vencimento antecipado de suas dívidas. O pagamento dessas dívidas chegou a ser suspenso no final de 2014, para poupar recursos destinados a tributos e folha de pagamento.

O objetivo agora é se desfazer de ativos para pagar dívidas e focar na construção pesada. Serão colocadas à venda a participação da OAS na Invepar (24,44% do negócio), a fatia no Estaleiro Enseada (17,5%), a OAS Empreendimentos (80%), a OAS Soluções Ambientais (100%), a OAS Óleo e Gás (61%) e a OAS Defesa (100%). Também serão negociados dois estádios: a Arena Fonte Nova (50%), de Salvador, e a Arena das Dunas (100%), em Natal. Todos ficaram de fora do pedido de recuperação.

Caso a Justiça paulista aceite o pedido, o grupo terá 60 dias para apresentar um plano de reestruturação dos débitos aos credores e fornecedores, que terão mais 120 dias para discutir e aprovar a proposta. As dívidas contraídas até esta terça-feira serão congeladas e renegociadas.

### Date Created

31/03/2015